

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **CULTURA**

. XV Encontro de Bandas do Concelho

- Apoio

Ponto 4. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. Bairro Pré-Fabricado

. Demolição de Casas

- Ajuste Directo

Ponto 5. **CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO**

- Proposta

Ponto 6. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006**

. Apreciação de Propostas de Alteração - 7.ª/7.ª -.

Ponto 7. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006**

. Apreciação de Propostas de Revisão - 1.ª/1.ª -.

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Ponto 8. **IMPOSTOS LOCAIS**

8.1. Lançamento de Derrama

8.2. Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI -
- Proposta de Fixação de Taxas

Ponto 9. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente começou a reunião prestando as seguintes informações:

No período que mediou entre a última reunião e a de hoje, no âmbito da tradicional política de proximidade, a Câmara Municipal fez-se representar em diversas iniciativas.

*** SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

- Houve uma pequena paragem no investimento em curso na Rede de Saneamento Básico em Casal dos Bacelos/Porto Godinho, na Freguesia de Vinha da Rainha, sendo que, neste momento, de acordo com a informação dos técnicos que fiscalizam e acompanham a obra, toda a rede de colectores está já colocada bem como os ramais; a Etar está concluída, faltando o ramal eléctrico. A curto prazo dever-se-ão iniciar os ensaios, seguindo-se a contratualização com os Municípios e, evidentemente, a entrada em funcionamento.

*** DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- Realizámos mais uma reunião com o representante do Grupo Empresarial Espanhol que está a investir na Zona Industrial de Soure, tendo-nos sido adiantado que se prevê a entrada em funcionamento da nova unidade, no 2.º Semestre do próximo ano.

- Noutra reunião, com o representante de Grupo Marché, foi-nos adiantado que se prevê finalizar o investimento em curso até final do corrente ano, 1.º trimestre do próximo ano.

- A propósito da “questão” levantada pela Bancada do PSD, cumpre-nos informar que também reunimos com o empresário na área da metalurgia, sediado em Alfarelos... A Câmara Municipal está a procurar colaborar na procura de uma solução adequada que possa permitir uma expansão saudável da empresa.

- No que diz respeito às Festas de S. Mateus, já nos é possível produzir alguns comentários, em jeito de pré-balanço.

Não obstante o elemento decisivo e determinante, o climático, não ter estado, desta vez, do nosso lado, pensamos que todos os indicadores que foram possíveis recolher na Sexta-feira, Sábado, Domingo, Segunda-feira e Terça-feira, confirmam aquilo que eram as nossas perspectivas, as nossas balizas subjacentes ao programa

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

que aprovámos, quer em termos de FATACIS, quer em termos do aparecimento de pessoas, de forma desligada dos espectáculos.

É evidente que o Sábado e o Domingo, particularmente o Domingo, não tiveram a expressão desejável; foi visível que houve muitas excursões habituais, assentes na tradição e na história, com as pessoas a voltarem para trás devido ao mau tempo... Também foi perfeitamente visível que sempre que o tempo melhorava, apesar de tudo, a atractividade habitual funcionou e, acima de tudo, a FATACIS teve um bom renascimento com, claramente, outras condições ambientais e até com outro aspecto, não apenas infra-estrutural mas também logístico.

* REDE VIÁRIA

Depois de um período de quase dois anos de alguma incomodidade, neste momento, dir-se-á que $\approx 60\%$ dos arruamentos e ligações no Sobral, estão já repavimentados; tal tem vindo a acontecer logo após o término do investimento em Saneamento Básico, no que diz respeito a colectores e ramais.

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “relativamente às Festas de S. Mateus chegámos à conclusão que, sem dúvida, o grande protagonista é o bom tempo, neste caso infelizmente o mau tempo. Evidentemente que o mau tempo trouxe grandes problemas. Permitam-me realçar a dedicação e empenho dos trabalhadores da Câmara Municipal, nomeadamente o sector operacional, que tudo fizeram no sentido de atenuar os efeitos negativos das fortes chuvadas.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “começo por saudar a realização das Festas de S. Mateus, correu-nos mal o tempo, é uma variável que não podemos dominar. Em relação ao que assistimos, gostaria de realçar a importância do regresso da FATACIS, a qualidade e a dignidade com que foi realizada este ano, penso que a opinião é unânime. Saudar também, tal como o Senhor Vice-Presidente Santos Mota acabou de o fazer, todos os funcionários desta Autarquia que foram incansáveis ao longo destes dias e quando digo dias é porque nem sequer houve horário de trabalho, ultrapassaram de longe todo e qualquer horário de trabalho, muito mais num período em que chovia torrencialmente.

Gostaria de voltar a levantar aqui uma questão sobre a Freguesia de Figueiró do Campo e relembrar a importância de se resolver o problema da Ponte sobre o Rio Ega, que passa pela construção de uma nova ponte ou a reconstrução da actual. Todos já lá estivemos, conhecemos bem o local, sabemos o rigor do Inverno e o

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

que temos conhecimento é de uma ponte que representa grande perigo para quem lá passa, portanto, alerta para encontrarmos uma solução para esta questão.

No dia 16 Setembro, os eleitos do CDU fizeram uma visita à Freguesia da Granja do Ulmeiro. Voltámos a visitar vários locais cujos problemas irão ser levantados em Assembleia de Freguesia mas também na Assembleia Municipal. Gostaria de referir a questão do estacionamento por detrás do edifício do dormitório, na Granja do Ulmeiro. Perguntar ao Senhor Presidente de Câmara se houve diligências, como é que estão as mesmas, em relação à cedência do espaço que está por trás do edifício que daria, certamente, um excelente espaço para estacionamento e resolveria o problema naquele local, uma vez que se formos pela rua principal junto aos comboios, verificamos que se estaciona quase em segunda fila, tornando difícil a passagem de carros.

Alfarelos, fui alertada para uma situação a seguir à nova ponte quando se corta para o cemitério que tem que ver com uma situação de perigo. Os rales estão colocados mesmo na berma da estrada, o que significa que há perigo, quer para crianças, quer para animais ou para as pessoas que ali passam. Portanto, sugeria que reforçássemos a protecção sobre a linha de caminho de ferro para que não haja qualquer acidente.

Por último, gostava de dizer que recebi um “mail” do Senhor Luís Alves Ferreira, Município do Concelho de Soure, e isto deveria ter acontecido com todos os Grupos Parlamentares porque ele enviou-o para todos os partidos políticos com sede na Assembleia da República, sobre uma questão que todos nós conhecemos que é o atentado ambiental no Rio Arunca - Soure. Na altura falei com o Senhor Vice-Presidente Santos Mota, sobre aquilo que vimos e a situação de calamidade a que todos assistimos. O mail refere toda a sua mágoa, que não é diferente daquela que nós sentimos, ao verificar que, mais uma vez, existem descargas, e continuam a existir de uma fábrica de Pombal, de poluentes ligados aos alumínio, fábrica essa identificada. Estas descargas dão-se com frequência, matam todos os peixes que existem a Norte da Zona onde ela está instalada... o que nós assistimos é uma impunidade perante situações destas.

Irei pedir ao Grupo Parlamentar do PCP que apresente um requerimento na Assembleia da República ao Senhor Ministro do Ambiente para o questionar sobre esta situação, a qual irei indicar/identificar o nome da fábrica para que haja uma actuação directa.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “relativamente às Festas de S. Mateus queria reforçar todas as saudações que já foram feitas,

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

designadamente, ao Senhor Vice-Presidente Santos Mota por toda a habitual dedicação e empenho na elaboração e no acompanhamento directo das acções que integram o Programa de Festas. Queria deixar uma saudação especial aos Grupos Culturais do Concelho, também aos Grupos de Folclore que não puderam actuar, dado que foi uma das actividades que teve que ser cancelada porque, efectivamente, a chuva não permitiu a sua actuação. Foi pena porque, habitualmente, a tarde de Domingo é sempre bem animada no nosso Parque da Várzea. Também às Bandas do Concelho, que apesar do mau tempo, acabaram por fazer os concertos previstos e todos os outros Grupos que também actuaram.

A Direcção Regional de Educação do Centro já informou a Câmara Municipal sobre a aprovação da proposta de Adesão que enviámos relativamente ao Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo, proposta essa que foi ratificada em Reunião de Câmara de 24.08.2006. Perante esta aprovação todo o programa foi posto a funcionar e essas actividades estão a decorrer no Concelho desde o dia 18 de Setembro do corrente ano.”

O Senhor Presidente respondeu: “quanto às intervenções sobre as Festas de S. Mateus, e no que toca às saudações aos parceiros habituais que participaram e aos que por esta ou aquela razão não puderam participar, evidentemente que as subscrevo na íntegra bem como as notas feitas sobre a FATAACIS.

Freguesia de Figueiró do Campo, Ponte sobre o Rio Ega... o que tem que aparecer é uma nova ponte por todas as razões e mais algumas porque, independentemente da valia científica das informações que nos têm feito chegar sobre a ponte preexistente, o investimento que se faria em termos de reabilitação não seria significativamente diferente. Por outro lado, penso que é desejável, até em termos de traçado e é a recomendação técnica que temos, que nos lancemos na construção de uma nova ponte. Há aqui duas questões que têm que ser ultrapassadas e que nós temos que nos pronunciar sobre elas, que têm a ver com o tipo de concurso a abrir: se com caderno de encargos e projecto já desenvolvido ou um concurso público de tipo concepção/execução. Por outro lado, isso também tem que ver com a questão da elegibilidade da despesa porque estas coisas em termos de recursos, em termos de finanças locais são o que são e esse é um investimento indiscutivelmente prioritário mas, evidentemente, que o calendário do mesmo não pode nem deve ser separado de questões que se prendam com a elegibilidade desse tipo de despesa pública.

Evidentemente que pode haver necessidade de, durante o Inverno que se aproxima, reforçarmos o tipo de sinalização que existe, porque a ponte permite a travessia que

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

está autorizada com segurança; o que pode gerar perigo são os desaparecimentos sistemáticos de sinalização e os abusos na utilização que vão para além daquilo que está autorizado a esse nível; poderemos vir a ter que tomar algumas medidas de transição durante o período que irá ter ainda alguma extensão até ao aparecimento da resolução do problema.

Granja do Ulmeiro, estacionamento... como sabem, na rua paralela à rua principal há o edifício do antigo dormitório dos trabalhadores da CP e há toda uma área adjacente; há dois/três anos, tínhamos estabelecido um acordo informal com a Zona Operacional de Conservação do Centro – ZOCC, ligada à REFER, o qual deverá ter que ser objecto de um Protocolo.

É evidente que esta questão terá que ter uma sustentação jurídica adequada... de qualquer forma houve mudanças na chefia dessa zona operacional e deverá ser preparada uma proposta jurídica, sustentada, que, naturalmente, terá que vir à Reunião de Câmara.

Questão de Alfarelos... penso que essa questão teria sido também já levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia e espero que um dos Encarregados ou dos Técnicos que esteja a acompanhar a situação nos apresente uma medida concreta para reforço de protecção sobre a barreira... não tenho a menor dúvida que, se houver necessidade de intervir no sentido de reforçar a protecção, certamente que o faremos com aquilo que legalmente é aplicável porque estará na área de jurisdição da REFER mas, evidentemente, que teremos que avaliar a situação conjuntamente e promover uma intervenção.

Questões de ambiente, do rio... a questão é a de sempre, enquanto se mantiver o actual regime legal aplicável aos prevaricadores, digamos que, como foi dito na televisão por alguns comentadores, “o crime continua a compensar”. O que está a acontecer é que cada vez que isto ocorre, evidentemente, que a Câmara Municipal alerta para que venha, de imediato, a chamada Brigada do Ambiente, que tem vindo a fazer a identificação, procurar perceber quem foi o causador e depois o processo segue os seus tramites legais. Agora a verdade, em bom rigor, é esta: as coisas acabam por serem identificadas, é estabelecida a relação causa/efeito, admitimos que estabelecida a relação causa/efeito são determinadas e aplicadas as penalizações previstas na Lei, mas digamos que há uma correlação negativa entre o crime ambiental praticado e a penalização que daí advém. De facto, só com uma alteração do regime legal aplicável em termos de penalização...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “já foi referido a FATAACIS, é sabido que não votámos favoravelmente o Programa das Festas de S. Mateus e

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

FATACIS. Não cuido também que seja esta a hora para nos pronunciarmos sobre uma programação com a qual, efectivamente, não concordámos. Parece-me, contudo, que devo salientar aquilo que outros colegas aqui já fizeram, o esforço dos funcionários e a presença activa e visível do Senhor Vice-Presidente Santos Mota, que saudamos por isso, acho que no seu conjunto fizeram o melhor possível para que a FATACIS, mesmo assim, tivesse a projecção que teve. É óbvio que o tempo não ajudou, as condições climatéricas afugentaram muitas pessoas mas, de qualquer maneira, permitia-me aproveitar esta ocasião para lhe dar duas ou três sugestões sobre a própria FATACIS. Parece-me que a zona onde as empresas e as Instituições de Solidariedade estavam presentes tinha dignidade, os stands encontrados, o perfil pareceu-me adequado, acho que os expositores estavam dignamente representados na Feira. Notei contudo, uma escassez de empresários e permitia-me então colocar-lhe esta sugestão, que a equipa que colabora e que idealiza a FATACIS não pare de trabalhar e que desde o dia de hoje até ao próximo Certame faça todos os possíveis, inclusive contactos personalizados com os Empresários de Soure, no sentido de que na próxima FATACIS tenhamos uma representação condigna e numericamente apreciada. Porventura, podemos chegar à conclusão de que os preços aplicados aos empresários para estarem presentes na FATACIS poderão ser minorados para o caso dos Empresários de Soure, ou seja, não sei se será esse o motivo principal para que não tivessem estado presentes, mas de qualquer maneira não sei se valerá a pena adoptar o sistema de destringar entre Empresários de Soure e Empresários que não são de Soure, em termos de utilização do espaço onde estão a representar os seus produtos.

De qualquer maneira, o que lhe queria dizer fundamentalmente sobre aquilo que vi na visita que efectuei à FATACIS foi o estado da Praça. O que vi foi lajes partidas, uma situação de incredulidade das pessoas que viram que era uma Praça inaugurada, por vossa excelência, há um mês atrás e que já estava naquele estado, quero crer, para não dizer que tenho a certeza que, naturalmente, o Senhor Presidente ficou tão indignado como qualquer uma das outras pessoas que viram aquilo. Gostamos que as coisas sejam feitas de modo que toda a gente perceba, não tenha a mínima dúvida que desempenhou, em relação a esta matéria, o que devia e aquilo que estatutariamente é a sua obrigação, mas eu gostava de saber é como é que uma Praça inaugurada há um mês se encontra naquele estado? Dir-me-ão que houve alguns problemas de construção que todos possamos desconhecer... mas de qualquer maneira gostaria que nos entregasse o dossier desta obra, até à próxima Reunião de Câmara, para que pudéssemos analisá-lo.

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Segundo, falou no contacto com empresários que tem tido, saúdo-o, acho que é um caminho certo e uma tentativa de trazer investimento público para o Concelho de Soure; falou inclusive do empresário de Alfarelos que nós aqui aludimos na nossa visita como tendo alguma dificuldade de expandir-se e a questão que lhe queria colocar é: além de entender que esse comportamento é correcto, falar com os empresários, de os sensibilizar a que possam investir, cada vez mais, no Concelho de Soure, é se o balcão de apoio ao investidor, que anunciou há uns meses atrás, já está implantado, se já está a funcionar, se os serviços camarários já estão a disponibilizar informação a todos aqueles que queiram investir no Concelho.

Por último, na visita à FATACIS tive, como certamente a totalidade dos Sourenses, ocasião de ir colocar a minha assinatura no abaixo-assinado da Comissão de Utentes em relação ao Centro de Saúde. Vi que havia um afluxo muito grande de pessoas a esse stand, o que me fez pensar que a luta da Comissão de Utentes é uma luta de toda a Câmara e que não vai parar. Parece-me, no entanto, que em relação ao comunicado que lá foi distribuído e que eu na generalidade concordo, nomeadamente, quando refere a indignação que o Comando e a Direcção dos Bombeiros Voluntários de Soure têm em relação à situação do Centro de Saúde, tal como a Junta de Freguesia de Soure e a Comissão Municipal para a Saúde. Este comunicado, na parte final, retrata, no entanto, uma incompatibilidade com o Director do Centro de Saúde porque, segundo o mesmo, várias vezes esta Comissão tentou interceder junto do Director do Centro de Saúde sobre o problema do Centro de Saúde e este responsável, nem por escrito, nem pessoalmente, nem telefonicamente dá resposta às solicitações da Comissão de Utentes. Penso que esta não é, se calhar, a maneira certa de ver o problema porque eu acho que o problema não está no Director do Centro de Saúde, o problema, mais uma vez, é do Governo, que foi quem encerrou o Centro de Saúde.

O Centro de Saúde de Soure fechou não por culpa do Director porque certamente, tal como cada um de nós, ele não gostaria que aquilo tivesse fechado; o Centro de Saúde de Soure fechou porque o Governo entendeu retirar ao Concelho de Soure esta unidade, e isto tem que ser dito, e levar-nos-á até ao fim a falar sempre neste problema. Está solicitada uma reunião com a Administração Regional de Saúde do Centro, aguardamos com serenidade as conclusões da mesma porque a matéria que nos leva a ter esta reflexão, que é a exigência de cuidados de saúde para a população de Soure, não deixará que esta Bancada fale, em todas as Reuniões de Câmara se possível, até este assunto ficar resolvido. Esta é uma obrigação política mas é uma obrigação cívica.

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Termino dizendo o seguinte: a revolta que a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos e que o Senhor Vice-Presidente Santos Mota manifestaram em relação ao atentado ecológico é, naturalmente, uma revolta que todos sentimos e por isso, aquilo que penso é que além dos compromissos partidários que a Senhora Vereadora evocou, que é o envolvimento da Bancada do Partido Comunista na Assembleia da República em relação a esta matéria, acho que esta Câmara Municipal deve tomar uma posição unânime, sobre a forma de proposta apresentada pelas três Bancadas. O Governo, as Autoridades competentes nesta matéria têm que saber que a Câmara Municipal de Soure condena veementemente esta situação e que tudo fará para accionar juridicamente contra aqueles que são os responsáveis por este atentado. As pessoas têm que saber, nomeadamente, quem comete atrocidades desta natureza, que as mesmas não podem ser esquecidas e eu entendo que a nossa posição política será uma posição que devemos adoptar, por unanimidade, e que vossa excelência deve instruir os serviços jurídicos desta Câmara para tentarem encontrarem um meio legal possível para que o Município de Soure possa, no local próprio, responsabilizar criminalmente quem está na origem deste grave atentado. Conte com a nossa disponibilidade para isso porque estas questões têm que ser feitas também dessa forma.

Quem coloca, como essa pessoa ou esse empresário colocou, certamente a saúde pública e a saúde ambiental de um Concelho, merece ser criminalmente responsável por esse atentado.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “no primeiro ponto que abordou, apresentou algumas sugestões em termos de FATACIS, referiu que a zona revelou dignidade, que os stands lhe pareceram adequados e depois falou na escassez de empresários, recomendando que não paremos de trabalhar... havia um objectivo para este renascimento, esta retoma da FATACIS que era atingirmos um número entre 80 a 100 expositores, sendo que haveria 20/25 que seriam oriundos das áreas Educativa, Cultural, Acção Social e os outros das diferentes vertentes da Actividade Económica. O número não está nada afastado daquilo que foi o objectivo delineado sendo que mais de cerca de 35% eram Empresários de Soure, das diferentes vertentes de Actividade Económica, o que faz com que esta tenha sido das FATACIS mais participadas...”

Já foram dadas orientações a todos aqueles que têm responsabilidades mais directamente afectas, para tratarem não apenas da FATACIS, mas também para (re)avaliarmos o modelo organizativo, particularmente, na vertente de espectáculos e do eventual alargamento à área da Gastronomia mas, sem qualquer confusão com

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

o Certame - Soure, Artesanato, Gastronomia e Cultura. Este programa foi definido como um programa de continuidade mas também de transição, mantendo os objectivos de sempre.

Ainda quanto à escassez de Empresários... depende da perspectiva; evidentemente que o objectivo é virmos a conseguir que lá tenhamos não 100 mas 200 empresários, mas também não podemos ignorar que, da comparação fria e objectiva deste número com o número da última edição antes da paragem, estamos perfeitamente ao mesmo nível, o que não nos impede de reflectir sobre a necessidade destas iniciativas serem preparadas quase a partir do dia seguinte em que terminou a última.

Questão dos preços... teremos oportunidade de falar sobre isso... percebo a preocupação que está subjacente, mas os preços estão perfeitamente dentro do que é praticado e até são ligeiramente inferiores aos doutras iniciativas semelhantes.

Estado da Praça... não é a Praça toda, longe disso... a Praça tem um arruamento em laje de pedra e tem zonas de pavê em vermelho escuro e em amarelo ocre; o que acontece é que parte do arruamento em pedra, já mesmo antes do S. Mateus, durante a sua inauguração e no Certame Soure - Artesanato, Gastronomia e Cultura apresentou/evidenciou muitas lajes partidas. Estamos a falar exclusivamente de um arruamento em laje que, de facto, apresenta um conjunto de deficiências que, do ponto de vista técnico, uns entendem que resultaram de uma má aplicação, outros consideram a solução inadequada... os técnicos que fiscalizaram e acompanharam a obra dever-nos-ão procurar esclarecer melhor, bem como sugerir uma alternativa/solução adequada.

Quanto à cópia do dossier... a Câmara Municipal não tem qualquer problema em lha facultar; penso é que seria preferível haver uma reunião dos Senhores Vereadores com o Chefe de Divisão de Obra Pública, o Eng.º Mário Monteiro, para, não apenas vos mostrar o dossier, como para vos prestar quaisquer esclarecimentos que entendam por bem.

Serviço de Apoio Local ao Empresário... tivemos uma reunião com a ACIC, aprovámos o Protocolo, fizemos até um esforço para abrir antes do S. Mateus... há duas questões que estão praticamente resolvidas: dois técnicos foram receber formação necessária para poderem prestar informações àqueles que queiram investir, está definido/disponibilizado um espaço. O que está acertado com a ACIC, é que na primeira quinzena de Novembro estarão reunidas todas as condições e será feita uma apresentação pública do início de funcionamento deste Serviço de Apoio Local ao Empresário.

Comissão de Utentes... há só uma coisa que pode parecer um preciosismo mas que importa sempre referir... o Centro de Saúde de Soure não fechou, o Centro de

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Saúde de Soure está aberto!!! o que “fechou”, foi o SAP - Serviço de Atendimento Permanente. Sobre o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente, penso que toda a Câmara Municipal tem uma posição muito clara, o que não obsta a que a própria Câmara, porventura substituindo-se, não tendo que o fazer, à Administração Central, não queira colaborar no aparecimento de uma resposta em termos de prestação de serviços alternativa que atenuem o não termos o serviço de atendimento nocturno ou outro qualquer serviço com outro nome, no período que vai das 22 horas às 8 horas da manhã.

De maneira que todos os esforços que a Comissão de Utentes estiver a desenvolver são por nós encarados como positivos. Se a Comissão de Utentes se tem dirigido ao Senhor Director do Centro de Saúde, ele deverá dar uma resposta porque é um responsável institucional sob a tutela do Governo que é o responsável por esta política. Ninguém tem a menor dúvida de que a responsabilidade por esta política de encerramento do Serviço de Atendimento Permanente em Soure e noutros Concelhos é do Ministério da Saúde.

O Governo entendeu acabar com este serviço, não apenas no Concelho de Soure mas, no fundo, em todo o país. No que toca a isto nós estamos em desacordo, porque a medida não foi explicada, e entendemos que, pelo menos, a noite não foi acompanhada de uma solução alternativa que minorasse a falta que faz a prestação deste serviço.

A nossa posição é a que conhece, que é também a vossa, não temos aqui qualquer tipo de preocupação em defender ou atacar este ou aquele Governo, temos é a preocupação que advém de o Concelho de Soure não ter resposta neste período da noite. O “combate” que a Comissão de Utentes está a travar é contra essa política nacional, sendo que, paralela e cumulativamente, a Câmara Municipal está a desenvolver esforços para, mesmo que não se altere a política nacional, ajudar a que surja uma resposta alternativa para esse período. Não há que confundir, uma coisa são os esforços desenvolvidos para aparecer uma resposta alternativa em termos de funcionamento à noite, outra coisa é a legítima luta da Comissão de Utentes contra essa política nacional de encerramento dos Serviços de Atendimento Permanentes.

Questão da proposta de atentados ambientais... concordo com o Senhor Vereador neste aspecto; acho que nunca é demais que possamos enfatizar, fazer com que seja ainda mais do domínio público, que condenamos veementemente, como disse e bem, aquilo que são os atentados ambientais a que temos assistido. Penso que se os serviços jurídicos nos produzirem uma informação que acrescente algo mais àquilo que tem sido o procedimento habitual, que é apresentarmos a queixa à Brigada do Ambiente que, por sua vez, regista a ocorrência... se pudermos ser ainda mais

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

eficazes óptimo... mas mesmo que não o consigamos, eu, desta vez, estou inteiramente de acordo que mesmo que possa ser apenas um sinal político, que aproveemos numa próxima reunião uma qualquer moção, por unanimidade, que vá para além da denúncia junto das entidades competentes.

A Câmara Municipal tem feito a denúncia às entidades competentes, tem acompanhado de perto e sabe que o regime legal aplicável em termos de penalização é “convitativo”... concordo plenamente que aproveemos, no mínimo, uma moção que denuncie/expresse a nossa condenação que, no fundo, é a condenação de todos à prática deste tipo de crimes de atentados ambientais.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “em relação a esta agressão ambiental e à incapacidade com que nós nos sentimos, dizer-vos que fui alertado, já antes desta catástrofe, por um Munícipe dos Simões de que o Rio Arunca se encontrava com maus cheiros. Alertámos as entidades responsáveis, a Brigada do Ambiente da GNR e a CCDRC - Delegação do Ambiente, através de faxes nos dias 14 e 22 de Setembro.

Fui alertado por este segundo atentado por um pescador que se encontrava na margem do Rio Arunca em Soure. De imediato libertámos as zonas represadas nomeadamente o açude e represas em Soure e em Vila Nova de Anços que, para que houvesse uma maior oxigenação. Esta situação visualizada é muito mais dramática, toca-nos muito mais, eram milhares de peixes em agonia e muitos deles arrastados já para a confluência com o Rio Anços e com isso ainda conseguimos salvar milhares de peixes. Entretanto chegou a Brigada Ambiental da GNR, confrontei-me com eles e disse-lhes que foram alertados de uma situação que já se estava a prever. Penso que há uma falta de articulação entre as entidades responsáveis. Temos que nos unir no sentido de tentar terminar este tipo de agressões ambientais, na verdade de uma forma directa ou indirecta, somos vítimas destas agressões.

Acho que devemos ser duros, devemos estar unidos. Basta! Há zonas do Rio Arunca que já não têm fauna piscícola e é tempo de acabarmos com estas situações que são um atentado à Saúde Pública.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “não percebi ou o Senhor Presidente não deu sequência a uma proposta concreta que eu fiz que foi a seguinte: a Câmara Municipal deve preparar uma queixa contra terceiros ou contra desconhecidos baseada, no meu entendimento, na possibilidade do que uma descarga desta natureza, um envenenamento, podia causar em Municípes do

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Concelho de Soure no caso de, inadvertidamente, um pescador, uma criança, um nadador no rio pudesse ter contacto com um peixe absolutamente contaminado. É neste enquadramento que a Câmara Municipal deve actuar, no meu ponto de vista, e eu acho que se fizer isso pode ser um exemplo para o país.

A Câmara Municipal de Soure deve dar um primeiro passo que é apresentar, se isso for possível, na base da lei e daquilo que são as responsabilidades do gabinete jurídico desta Câmara, uma queixa contra terceiros ou contra desconhecidos, tendo em linha de conta o atentado químico que houve e que podia ter repercussões na Saúde dos habitantes do Concelho de Soure.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “não fui talvez muito claro, quando disse que deveríamos tomar, no mínimo, uma decisão que assentasse na aprovação unânime de uma moção se, porventura, o trabalho jurídico que iria determinar não nos desse qualquer possibilidade de sermos mais eficazes. Como não “domino” bem a possibilidade de que tipo de “acção judicial” poderíamos ou não mover, quis ser mais abrangente; percebo a sua sugestão concreta, de mandarmos avaliar juridicamente se estamos em condições de poder fazer e de que forma uma queixa sobre a existência de um atentado químico que claramente pôs em causa a saúde de cidadãos e não só. Se tivermos esta possibilidade, naturalmente, que avançaremos e que voltaremos a falar disto numa das próximas Reuniões de Câmara, se não tivermos, pelo menos deveremos encontrar uma forma de condenação que tenha repercussão.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “esta questão do rio é uma questão que nos preocupa e que, na minha perspectiva, deve ser encarada de uma forma mais global. Quem conhece bem o rio, e acredito que todos o conheçam, eu conheço melhor a partir daqui de Soure até à confluência com o rio Mondego, mas verificamos que ultimamente a escassez de água no rio Arunca é preocupante e é preocupante também tendo em vista que foram feitos investimentos, há não muitos anos, nesta parte do rio de que vos estou a falar, sobretudo a partir da ponte do moucate, que davam a entender que essas obras fossem utilizadas como um canal de rega que permitisse aos agricultores produzir arroz.

Perceber como é que o Instituto da Água pode gerir melhor este recurso que no nosso Concelho é tão importante porquanto aquele vale do Arunca ali junto de Vila Nova de Anços, Gesteira, Cercal e Brunhós é de uma riqueza muito grande que não vive sem água e, ultimamente, como reconhecem e sabem, têm utilizado auto

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

bombas para tirarem água; a água escasseia, o que põe em causa não só a ecologia ambiental mas também a produtividade de um campo que tem um significado económico que nós não podemos descurar, antes pelo contrário, temos que valorizar. Esta é uma questão global não só em termos ambientais destes deploráveis atentados e o rio precisa de alguma intervenção por quem de direito.

Entrando nas questões que tinha para colocar, a primeira trata-se de uma situação que se verifica junto ao cemitério da Gesteira que é um depósito de inertes que está a tomar uma volumetria que me parece pouco adequada. Não há qualquer informação no local, eu passo lá muitas vezes, e lá deposita-se todo o tipo de material, quer-me parecer que não é uma situação que configure qualquer coisa de agradável para quem ali passa.

Verifiquei que algumas obras de melhoria das guardas de protecção da Ponte de Vila Nova de Anços foram feitas. Foram construídos dois muretes nas extremidades das guardas com cerca de um metro e meio cada um à altura do que já lá estava mas parece-me que estão previstas, se houve continuidade no rail de protecção isso poderia atenuar os riscos que ainda existem de alguém poder despenhar-se para o rio porque quem conhece aquela zona sabe que é uma zona de difícil visibilidade e, por conseguinte, potenciadora de acidentes.

Na estrada que vai do Cercal para Vila Nova de Anços existem três pontes: ponte sobre a vala Real, vala Nova e vala Monrês, que têm protecções laterais em tubo galvanizado de cerca de três polegadas. Esses tubos estão despencados de um dos lados e alguns estão, na minha perspectiva, posicionados perigosamente relativamente à estrada. É verdade que a inserção das pontes na estrada já é de si problemática, com isto acrescem ainda mais alguma perigosidade naquelas zonas que me parece que deviam ser cuidadas. Não sei de quem é a responsabilidade da estrada mas temos que prevenir essa situação.

Por último, tive o cuidado, sobretudo em Agosto, de ir observar a Feira que se realiza ao Sábado. Fui duas vezes, uma delas cerca das 10h30m/11h, vi, não quero exagerar “nem para cima nem para baixo”, cerca de meia dúzia de feirantes com meia dúzia de pessoas a negociar e num dos Sábados em que fui mais tarde, cerca das 11h/11h30m não vi ninguém naquele espaço. Na altura tínhamos acordado que seria feito uma avaliação da evolução desta nova medida e aquilo que eu solicitava era que reflectíssemos um pouco sobre esta questão e da pertinência desta medida que foi tomada.”

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “quanto à questão em termos de rio... subscrevemos o desabafo ainda que tenhamos vindo, ano após ano, a intervir no concreto. Como estará recordado, ano após ano, temos recebido agradecimentos da Associação de Agricultores do Baixo Mondego, particularmente de todos aqueles, da Gesteira, Vila Nova de Anços, Casal do Redinho, Alfarelos e Granja do Ulmeiro, que têm tido a colaboração da Câmara Municipal que tem permitido manter o volume de água nos leitos e com isso assegurar não apenas que haja água para os pequenos agricultores, e são muitos, mas também evitado mortandade em termos de fauna no rio. Nós temos, ano após ano, em articulação total dos nossos serviços com os agricultores, com a sua junta, temos propiciado/promovido os pequenos investimentos que têm de facto, apesar de tudo, criado condições para o equilíbrio possível entre o aproveitamento agrícola e o não haver uma anormal depauperação da fauna do rio. Nós temos procurado ajudar a resolver as situações. Questão que levantou junto ao cemitério da Gesteira, depósito de inertes... pedi que me tomassem nota porque não estou preparado para lhe dar a resposta.

Ponte de Vila Nova de Anços, murete, extremidades... o que acontece é que primeiro foi colocada a iluminação nessa zona... no que diz respeito ao corrimão, as partes externas levaram a reposição do muro como sempre existiu, e quanto às partes internas que têm determinado desenho, os Serviços Municipais da Câmara, porque isso está a ser feito por administração directa, foram tirar o molde e estão a fazê-lo para depois o colocarem. Havia duas hipóteses: ou acabávamos com aquilo e ficava tudo em muro, ou mantínhamos a coreografia que lá existe, dando uma resposta não apenas em termos de segurança, mas também em termos até de algum respeito pela solução que lá se encontrava.

É verdade que a ligação do Cercal a Vila Nova de Anços tem três pontões, aliás estamos também a fazer uma reparação semelhante de quem vai de Alfarelos para a Quinta de Arnes. Nos pontões, como os que referiu, nós temos estado progressivamente, sem cuidar de avaliar de quem é a responsabilidade, a promover a substituição das tubagens que estão a servir de corrimão. Tratam-se de estradas da antiga Hidráulica e do Instituto da Água, mas o que é facto é que já fomos nós, há sensivelmente 8/10 anos, quer na ligação Gesteira/Vila Nova de Anços, quer na de Cercal/Vila Nova de Anços, que realizámos estes investimentos, que têm sido de grande utilidade para os Municípios, porque se tivéssemos continuado à espera que fosse o Instituto da Água ou a Antiga Hidráulica, se calhar ainda estavam as estradas como estavam.

Questão da Feira Semanal ao Sábado, de Bens Não Alimentares...evidentemente que faremos uma avaliação adequada, mas convenhamos que o período decorrido

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

ainda é muito curto e, neste momento, ainda não dispomos de dados consistentes. Quando se pretende fazer uma avaliação histórica de uma qualquer experiência temos que lhe dar algum tempo de maturação e consolidação porque é evidente que se isto tem um/dois meses... Não estamos a fugir à avaliação, pensamos é que temos que dar mais tempo para podermos avaliar este processo.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “tenho acompanhado a evolução da Feira ao Sábado, tenho passado por lá muitos Sábados e na altura quando a proposta foi feita, a localização da Feira ao Sábado não era para ser feita no mesmo sítio que se faz a Feira à Segunda-feira. Tínhamos a noção que eram menos feirantes, o espaço lá em baixo era demasiado grande para o número de feirantes e portanto a proposta era que esta Feira de Mercados de Bens Não Alimentares fosse feita na zona que serve de estacionamento actualmente por trás do Mercado de Bens Alimentares e ficaria tudo muito mais próximo e até com outra dignidade.

Há uma experiência interessante, é que a Feira, entretanto em Setembro, teve que passar cá para cima por impossibilidade de se realizar lá em baixo, e portanto, tal como a Feira à Segunda-feira, passaram a ser realizadas as duas, a de Sábado e a de Segunda-feira, neste espaço junto ao Mercado. A partir daí, a Feira ao Sábado teve outro aspecto bem diferente, as pessoas aproveitam para comprar os seus Bens Alimentares e têm logo ao pé os Bens Não Alimentares, o que permite uma outra dinâmica e uma outra frequência que não aquela lá de baixo.

Teremos que avaliar se virá a uma próxima Reunião de Câmara uma alteração, uma vez que aprovámos que a Feira seria realizada lá em baixo. São menos feirantes, mas a Feira tem outra viabilidade, dignidade e dimensão mais adequada à Feira de Sábado. Esta Feira é bem diferente daquela que o Senhor Vereador descreveu mas, provavelmente, veio às piores, teve azar.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Ponto 3. CULTURA

. XV Encontro de Bandas do Concelho

- Apoio

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, no Plano Plurianual de Investimentos aprovado está previsto um investimento de cerca de 5.000,00 euros para esta acção. Este é um dos eventos que integra o calendário cultural e a sua organização cabe sempre a uma das cinco Bandas, sob a coordenação directa da Câmara Municipal.

Assim, propõe-se que aproveemos a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “o Encontro de Bandas é um daqueles eventos que a mim me toca particularmente, tanto mais que me ligam laços de afectividade a uma das Bandas, mas não só por isso, é que todas elas me preocupam. Este ano, tive a oportunidade de falar com alguns dirigentes e verificar que há um decréscimo dos serviços prestados pelas Bandas. É fundamental que as Bandas tenham receitas próprias para poderem funcionar, porque uma Banda acarreta muitas despesas e, portanto, este apoio entendemo-lo como um estímulo aos jovens músicos. O Encontro de Bandas deve ser suficientemente divulgado para que quem usufrui habitualmente destes serviços saiba que temos um conjunto de Bandas, de forma a que as receitas das mesmas não decaiam como me parece, e estou a falar sem quaisquer dados concretos que possam sustentar esta minha opinião, mas parece-me que estão a decair pelas conversas que tenho tido com alguns dirigentes.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “concordo com a sua preocupação, porque há poucos Concelhos com as características do nosso, que têm cinco Bandas e esta dinâmica... concordo que a intensa divulgação que é feita no Concelho, que deva também vir a ser feita em Concelhos mais ou menos vizinhos... Existem os tais objectivos internos virados para dentro, o estímulo, o encontro festivo, mas também há a questão de se dever aproveitar isso, para uma mostra daquilo que é a capacidade cultural, musical das Bandas do Concelho.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “efectivamente é neste Encontro de Bandas que os músicos têm o privilégio e uma maior preocupação em mostrar aquilo que é realmente o seu trabalho ao longo do ano. Escolhem um

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

programa, por vezes, até extremamente ambicioso em termos de selecção do reportório que vão apresentar.

Já agora, complementar com aquilo que foi também a novidade nestas Festas de S. Mateus ao integrarmos no programa Concertos com as quatro Bandas; uma quinta participa sempre na Sessão Solene de Abertura das Festas. Os Concertos tiveram também como objectivo divulgar num outro contexto, a qualidade das nossas Bandas. Tal como nas outras acções, houve a má influência das condições atmosféricas mas, mesmo assim, o apostar nos Concertos e não nas habituais Arruadas foi também uma forma de divulgar a um outro público que não aquele que habitualmente vai ao Encontro de Bandas, aquilo que é a qualidade musical das nossas Bandas. As Festas de S. Mateus, pela sua forte divulgação e tradição, trazem sempre muitas pessoas de fora. É importante que as pessoas, que não só do Concelho, assistam a estes Concertos para constatar aquilo que é o trabalho extremamente meritório e de grande qualidade musical das nossas Filarmónicas.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição dos apoios habituais, conforme proposta apresentada pelo Senhor Presidente. -----

Ponto 4. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . Bairro Pré-Fabricado
- . Demolição de Casas
- Ajuste Directo

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
BAIRRO PRÉ-FABRICADO
DEMOLIÇÃO DE 4 CASAS PRÉ-FABRICADAS - 2.ª FASE
AJUSTE DIRECTO

Com vista à Execução da empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO:

Relativamente à empreitada em epígrafe sugiro a adopção da modalidade de **ajuste directo (sem consulta obrigatória)**, uma vez que o valor estimado para as obras é de **4.000,00 euros**, inferior ao limite máximo de **4.987,98 euros** estabelecido para o recurso ao ajuste directo sem consulta obrigatória (*vide* alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02.03).

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36**

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

euros - (*vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para a presente empreitada tem em parte cabimento no orçamento para o presente ano de 2006 pela rubrica **03.01.11.02.99**.

2. PROCESSO

Aprovar documento em anexo.

3. Consultar a(s) Seguinte(s) Entidade(s)

Sugerimos a consulta, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março, à seguinte empresa:

. **ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado.**

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
19.09.2006

e

Assunto: BAIRRO PRÉ-FABRICADO NA VILA DE SOURE
DEMOLIÇÃO DE QUATRO CASAS - FASE 2

No passado mês de Agosto do corrente ano, no cumprimento de ordem superior, procedeu-se à demolição das primeiras quatro casas no Bairro Pré-Fabricado de Soure.

Em resposta a idêntica determinação, com vista à continuação das demolições então iniciadas, propõem-se, em conformidade com o mapa de trabalhos em anexo, a demolição de mais quatro casas no mesmo local.

O valor estimado para os trabalhos totaliza **4.000,00 euros**, sugerindo-se a sua execução por **ajuste directo**.

À Consideração Superior,
(Mário Monteiro, Eng.º Civil)
2006.09.19

e

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
BAIRRO PRÉ-FABRICADO
DEMOLIÇÃO DE 4 CASAS PRÉ-FABRICADAS - 2.ª FASE
ADJUDICAÇÃO

Por despacho de 19.09.2006, foi decidido recorrer à figura do **ajuste directo (sem consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

Empresa	Valor	Prazo
ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado	3.830,00	10 Dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor é inferior ao da proposta, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **3.830,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
26.09.2006.

O Senhor Presidente referiu que: “como estarão recordados, aprovámos uma autorização genérica por unanimidade; depois, foi configurado um primeiro grupo de situações em ambiência jurídica/social semelhante; agora, há mais um grupo de quatro casas e havia que promover idêntica actuação, tendo a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos determinado o recurso à figura do ajuste directo.

Assim, propõe-se que se ratifiquem os despachos de recurso ao ajuste directo e de adjudicação para este investimento.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar os despachos de ajuste directo e de adjudicação.--

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

**Ponto 5. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO
- Proposta**

O Senhor Presidente referiu que: “daquilo que resulta do rateio feito em 2006, tivemos a possibilidade de contrair mais um empréstimo no valor de 198.848,00; na última reunião aprovámos, por maioria, o recurso ao Mercado, nos Termos da Lei. Agora do que se trata é de aprovarmos uma proposta de Contratação deste Empréstimo junto da Instituição de Crédito que a Comissão de Análise nomeada considera ter apresentado a alternativa mais favorável, e de a apresentarmos à Assembleia Municipal.”

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, bem como conferir-lhe poderes para outorga do contrato. -----

Foi ainda deliberado submeter esta proposta à Assembleia Municipal. -----

**Ponto 6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006
. Apreciação de Propostas de Alteração - 7.ª/7.ª -.**

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar as Propostas de Alteração - 7.ª/7.ª -. -----

**Ponto 7. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006
. Apreciação de Propostas de Revisão - 1.ª/1.ª -.**

*Deliberado, por unanimidade, aprovar as Propostas de Revisão - 1.ª/1.ª -. -----
Foi ainda deliberado submeter esta proposta à Assembleia Municipal. -----*

Ponto 8. IMPOSTOS LOCAIS

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

8.1. Lançamento de Derrama

Foram presentes as seguintes informações:

IMPOSTOS LOCAIS – DERRAMA

PROPOSTA

Considerando:

- O Enquadramento Legal Aplicável;
 - O significativo Investimento Público em Curso;
 - O Valor “insuficiente” das Receitas Municipais Normais/Ordinárias e dos demais Fundos obtidos;
 - A opção tomada nos Exercícios Económicos anteriores, numa “ambiência” semelhante;
- ... que se aprove a Proposta, a apresentar à Assembleia Municipal, de Lançamento da Derrama à taxa de 8% sobre o valor da Colecta do IRC de 2006, para Reforço da Capacidade Financeira.

O Presidente da Câmara
(João Gouveia, Dr.)
2006.09.25

e

Assunto: IMPOSTOS LOCAIS
LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE DERRAMA

De acordo com o estabelecido na alínea f) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, a Derrama pode ser lançada para reforço da capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro, sendo a autorização do seu lançamento da competência da Assembleia Municipal.

Nos termos do n.º 3 do art.º 18.º da Lei n.º 42/98, de 06/08, a deliberação sobre o lançamento da Derrama deve ser comunicada pelo Órgão Executivo ao Director de Finanças competente até ao dia 31 de Outubro do ano anterior ao da cobrança.

Face ao exposto, coloca-se à consideração de V. Exa. a necessidade da Assembleia Municipal deliberar, sob proposta da Câmara Municipal, a fixação da taxa de cobrança de Derrama para o ano 2007, cujo limite máximo é de 10%, a incluir sobre o valor da colecta do IRC.

À Consideração de V. Exa.
O Chefe de Repartição Financeira em Comissão de Serviço

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Luís Duque
Soure, 11 de Setembro de 2006

O Senhor Presidente referiu que: “quanto à proposta de Derrama os argumentos que apresentamos são os habituais e vão no sentido de que se aprove apresentar à Assembleia Municipal uma proposta que vise o Lançamento da Derrama à taxa de 8% sobre o valor da Colecta do IRC de 2006, para Reforço da Capacidade Financeira.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “a nossa bancada gostaria de apresentar uma proposta alternativa, a qual passo a ler: *“o desenvolvimento do Concelho de Soure deve ser uma prioridade, assente em pressupostos de planeamento estratégico onde as pessoas devem ter a primazia. A necessidade de se criar mais e melhor emprego passa pela existência de um tecido empresarial forte e por incentivos ao investimento que permitam não só a manutenção dos que já cá estão mas, também, pela cativação de mais investimento e investidores para o nosso concelho.*

Nesse sentido os Vereadores da Câmara Municipal de Soure, eleitos nas listas do P.S.D., apresentam uma proposta de Derrama, para o ano de 2007, de 0%.””

O Senhor Presidente referiu que: “nos termos da Lei os Municípios têm a faculdade de lançar uma Derrama até 10% ou de não a lançar. *Assim, os Vereadores da Câmara Municipal de Soure eleitos nas listas do P.S.D. apresentam uma proposta de derrama, para o ano de 2007, de 0%... é o não lançamento de Derrama; a outra proposta diz o seguinte: “Considerando: O Enquadramento Legal Aplicável; O significativo Investimento Público em Curso; O Valor “insuficiente” das Receitas Municipais Normais/Ordinárias e dos demais Fundos obtidos; A opção tomada nos Exercícios Económicos anteriores, numa “ambiência” semelhante; ... que se aprove a Proposta, a apresentar à Assembleia Municipal, de Lançamento da Derrama à taxa de 8% sobre o valor da Colecta do IRC de 2006, para Reforço da Capacidade Financeira.”* Portanto, temos duas propostas: a proposta A e a proposta B.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “em nome da C.D.U., irei aprovar a proposta de Derrama de 8%; este valor é uma percentagem que incide sobre o valor da Colecta do IRC, o que significa que, em cada 1.000 euros, 80 euros é o valor da Derrama e estou-me a dirigir a unidades colectivas ou a sociedades. Pensamos e acreditamos que não é o valor da Derrama de 8% a aplicar no

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Concelho de Soure que afasta o investimento, o mesmo já o disse há um ano ou há dois, mas sim, na nossa opinião, a questão das acessibilidades, das condições que damos aos nossos empresários para se fixarem no nosso Concelho e outras variáveis. Portanto, penso que é uma falsa questão o valor da Derrama, a dificuldade dos empresários tem a ver com as dificuldades que hoje existem para muitas empresas no nosso país, nomeadamente as dívidas ao fisco respeitantes a anos anteriores e todo o programa que lhes é exigido para pagamento; que revela falta de solidez.

Argumentar-se com a Derrama para não existir mais investimento no nosso Concelho é, a nosso ver, uma questão falsa. Para nós a questão prende-se com as acessibilidades, o gás natural, o apoio aos nossos investidores, a forma como trabalhamos e nos relacionamos com eles e não com a questão da Derrama.

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “uma das propostas é nossa e a Senhora Vereadora Dra. Manuela acabou de a criticar. Queria dizer-lhe que quando apelida como falso o intuito apresentado pela nossa proposta de que com a redução da Derrama haja mais investimento no Concelho, nós entendemos que não é bem assim, entendemos que não é essa, certamente, a mensagem que os Empresários de Soure gostariam de ouvir mas, de qualquer maneira, o que me apraz dizer hoje perante a Câmara é o seguinte: compreendo que as acessibilidades sejam um motivo para que não haja empresários a investir em Soure, compreendo que o não acesso ao gás natural possa ser outro motivo, compreendo que o apoio aos investidores pode evoluir, já que, com a abertura do Gabinete Técnico de Apoio ao Empresário, esse problema pode ser dissipado.

Senhora Vereadora, pergunte aos empresários... V. Exa. falou em nome da sua Bancada, mas apelidou de falso os nossos propósitos; diz que os fundamentos que estão subjacentes à nossa proposta não são correctos, eu digo-lhe o seguinte: estão porque falámos com os empresários e, como falámos com eles, a nossa proposta é a proposta em que os mesmos se revêem. Se os empresários constituem o tecido económico do Concelho e se revêem na nossa proposta nós, naturalmente, defenderemos a mesma, de 0%, similar a propostas de Concelhos vizinhos para onde as sedes sociais dos nossos empresários se começam a dirigir. Portanto, é esta a nossa preocupação, não vale a pena estarmos aqui a tecer comentários à grande política macroeconómica sobre estas coisas porque isto sente-se é no bolso dos que cá estão e, por isso, a nossa proposta está apresentada e os Senhores Vereadores certamente utilizarão do seu direito de voto, passarão a posteridade votando contra

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

uma proposta que apela a que os Empresários do Concelho de Soure não paguem Derrama.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “a proposta que apresentei é a de um Autarca eleito que é Presidente da Câmara Municipal de Soure, não é uma proposta de qualquer Câmara de Empresários. Os Empresários são apenas um dos vários estratos sociais no universo dos Municípios... eu não represento apenas os Empresários, represento os Municípios, entre os quais também os Empresários. O que está em causa é percebermos ou não querermos perceber aquilo que é importante em termos de estratégia, que mantenha satisfeitos os Empresários que cá estão e que sirva de mecanismo de atracção... sobre isto, mais que do que as palavras valem os dados estatísticos. Se pensarmos no número de empresas criadas em Soure nos últimos anos e compararmos esse número com os de outros Concelhos, a realidade é que nós temos sido mais atractivos. Recordo que, aliás com o apoio daqueles que agora têm outra estratégia, temos mantido sempre os 8%, temos apostado noutra tipo de estratégia para manter e captar empresários e entendemos que numa ambiência macroeconómica difícil, dado que estaríamos apenas a dar um sinal... os Empresários não querem sinais, eles percebem o que se está a passar.

Penso que conhecemos perfeitamente os argumentos uns dos outros, que todos nós conhecemos, à exaustão, a argumentação subjacente a cada uma das propostas.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “Senhor Vereador penso que interpretou mal as minhas palavras, eu vou esclarecê-lo melhor. O discurso que tenho hoje não é diferente do discurso que tinha enquanto eleita da Assembleia Municipal, até não sou inovadora nisso, os argumentos que utilizo são sempre os mesmos, agora o que gostava de lhe dizer era o seguinte: eu até leio a sua proposta e concordo com ela, não a parte dos 0%, mas a parte antes do parágrafo, o objectivo que aqui está é correcto... mas o Senhor Vereador compreendeu aquilo que eu quis dizer, o que quer é que eu lhe diga outra coisa, mas eu não digo. A C.D.U. não acredita que a Derrama seja factor determinante para a criação de emprego e à fixação de investimento até porque, para mim, não é claro que cativar investimento é cativar postos de trabalho, porque aquilo que hoje vejo é muito investimento e o que vejo é despedimentos, portanto, nisso, o Senhor Vereador vê também como eu.

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Lamento que só há dois anos é que fale com os Empresários deste Concelho, porque muitos deles já cá estão há muitos anos, eu converso com eles há muitos anos, mas o Senhor Vereador sempre aprovou a Derrama a 8% até há dois anos atrás, pelos vistos não falava com eles, só passou a conversar quando passa a propor taxa 0%.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, interveio dizendo: “pelos vistos não tenho falado com os Empresários, agora acredito que V. Exa. não fale de certeza absoluta, porque com esta proposta ou com a defesa da proposta que o Senhor Presidente apresenta e com a justificação que deu, não fala de certeza. Deixe-me dizer-lhe uma coisa, quem desempenha a actividade política, quem assume algum protagonismo em termos de liderança num determinado Concelho, quem se Candidata tem que ter uma política própria. Quando apresentei a minha Candidatura falei com todo o “tecido” social do Concelho, tive que apresentar propostas. A nossa proposta sempre foi de 0% na Derrama, está no nosso Programa Eleitoral e nós estamos a cumprir escrupulosamente aquilo que prometemos ao eleitorado.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “nós também, mas acontece que a maioria do eleitorado não se reviu na proposta de Derrama de 0%. Portanto é na obediência à vontade expressa pela maioria do eleitorado que mantemos a proposta.”

O Senhor Presidente colocou as duas propostas à votação sendo que a proposta B, apresentada pela Bancada do PSD - Derrama à taxa de 0% -, foi reprovada com três (3) votos a favor e quatro (4) votos contra.

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) votos contra, aprovar a proposta A, apresentada pelo Senhor Presidente. -----
Foi ainda deliberado submeter esta proposta à Assembleia Municipal. -----*

**8.2. Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI -
- Proposta de Fixação de Taxas**

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Foram presentes as seguintes informações: “

IMPOSTOS LOCAIS – I.M.I. // 2007

PROPOSTA *

(Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro,
atualizado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro)

- . **PRÉDIOS URBANOS - 0,7%**
- . **PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMOS DO CIMI - 0,4%**
- . **PRÉDIOS URBANOS NA FREGUESIA DE POMBALINHO**
15% DE MINORAÇÃO/REDUÇÃO
(ARTIGO 112.º, N.º 6)
- . **PRÉDIOS URBANOS NA ZONA HISTÓRICA DA VILA DE SOURE**
15% DE MINORAÇÃO/REDUÇÃO
(ARTIGO 112.º, N.º 6)
- . **PRÉDIOS URBANOS ARRENDADOS PARA FINS HABITACIONAIS**
10% DE MINORAÇÃO/REDUÇÃO
(ARTIGO 112.º, N.º 7)
- . **PRÉDIOS URBANOS DEGRADADOS**
15% DE MAJORAÇÃO
(ARTIGO 112.º, N.º 8)

*De acordo com a Sugestão apresentada
pelo Grupo de Trabalho

O Presidente da Câmara
(João Gouveia, Dr.)
2006.09.26

e

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Assunto: IMPOSTOS LOCAIS
LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DO IMI

De acordo com o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e no n.º 4 do art.º 112.º do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), a fixação das taxas de cobrança do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) sobre os prédios urbanos deverá ser aprovada anualmente mediante deliberação da Assembleia Municipal, dentro dos seguintes intervalos:

- . **Prédios Urbanos - 0,4% a 0,8%;**
- . **Prédios Urbanos Avaliados nos termos do CIMI - 0,2% a 0,5%.**

Nos termos do n.º 8 do já mencionado artigo 112.º, a deliberação da Assembleia Municipal deverá ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos até ao dia 30 de Novembro, de modo a vigorar durante o ano de 2007, sob pena de serem aplicadas as taxas mínimas, ou seja, 0,4% e 0,2%.

À Consideração de V. Exa.

O Chefe de Repartição Financeira em Comissão de Serviço

Luís Duque

Soure, 11 de Setembro de 2006

O Senhor Presidente referiu que: “penso que a proposta de IMI que apresentamos remete para aquilo que foram os considerandos resultantes do acordo que se chegou em termos de sugestão/proposta, de forma unânime, pelo Grupo de Trabalho, ou seja, vai no sentido de que mantenhamos para Prédios Urbanos - 0,7% e Prédios Avaliados nos termos do CMI - 0,4%. Aproveitámos, e bem, a possibilidade legalmente prevista do recurso à fiscalidade como instrumento de influência efectiva nas Políticas Social e Urbana e ao mesmo tempo não perdemos de vista a exequibilidade possível, porque, porventura, poderíamos tentar ir mais longe, mas há um conjunto de elementos que tinham que chegar em tempo útil às Finanças e tal não era possível.

O Grupo de Trabalho entendeu que entre as doze Freguesias do Concelho, existe uma que é a única que tem uma variação negativa na evolução do número de famílias residentes, que é a Freguesia de Pombalinho; a Zona Histórica de Soure tem uma característica inequívoca que é a deslocação progressiva da População aí residente para outras zonas da Vila e a sua conseqüente maior Terciarização; era absolutamente imprescindível premiar/estimular o arrendamento de imóveis ou fracções para fins habitacionais, porque o arrendamento é um efectivo contributo à fixação da População. Por outro lado, penalizar os prédios urbanos degradados, porque eles devem apresentar um estado de conservação que lhes permita cumprir satisfatoriamente a sua função e não constituir perigo para pessoas e bens. Assim, para um máximo de 30%, a proposta é de minoração de 15% na Freguesia de

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Pombalinho; para um máximo de 30%, também um estímulo, uma minoração para os Prédios Urbanos na Zona Histórica de Soure de 15%; para os Prédios Urbanos Arrendados num máximo de 20%, o estímulo é de 10%; para os Prédios Urbanos Degradados num máximo de 30% de penalização, uma majoração de 15%. A proposta que apresentamos, que nos parece muito razoável nos tempos que correm, revela também que já houve, não diria apenas algum mas o trabalho possível do Grupo de Trabalho, naquilo que foi o aproveitamento da legislação para utilizarmos a fiscalidade como instrumento capaz de influenciar políticas urbanas e sociais.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “penso que esta proposta vem numa linha de continuidade em relação à proposta aprovada no ano anterior e penso que ela também dará continuidade à proposta que poderá aparecer no próximo ano, ainda com novos aspectos e a utilização de potencialidades que a própria lei contém. Gostaria de dizer que aprovar 0,4% ou 0,7%, como aparece na proposta tanto para os Prédios Urbanos como para os Prédios Urbanos Avaliados no CIMI, não terá novidade em relação a outras Autarquias que já o fizeram e que têm vindo a aprovar estes valores.

Agora, aquilo que é novidade é este grupo de trabalho, e na proposta que trazemos, o aproveitamento das grandes potencialidades que esta lei nos permite, beneficiando os Municípios do Concelho de Soure com majorações e minorações. No fundo, o que estamos a dizer é que beneficiar/promover no Pombalinho ou na Zona Histórica de Soure é promover a fixação de população com 15% de redução no imposto a pagar e no arrendamento para fins habitacionais em 10%. Este aspecto cruza-se muito com a nossa política de habitação social, de promover o arrendamento no Concelho de Soure. Combater os Prédios Urbanos Degradados com uma penalização de 15%, um pouco por todo o Concelho. Até agora não tenho conhecimento de nenhuma Autarquia que tenha feito a implementação destes aspectos, penso que eles enriquecem a proposta e, portanto, devemos valorizá-los. Há uma Comissão de Trabalho que vai continuar a trabalhar, logicamente terão que ser funcionários da Câmara a fazer um outro trabalho, esse também muito arrojado, que é trabalhar nos Prédios Devolutos para se conseguir dar mais um passo em frente para o próximo ano. Gostaria de me congratular com esta proposta que considero muito boa para os Municípios do Concelho de Soure.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “existe algum trabalho efectuado desta natureza também noutros Municípios mas, de qualquer maneira,

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

não devemos com isso deixar de saudar o esforço que foi feito no Concelho de Soure.

Permitia-me só deixar um alerta para posteriores ponderações. Primeiro, acho que devíamos encaminharmos para um maior zonamento do Concelho de Soure, é imperioso que se distinga no todo concelhio, modalidades de majoração ou de minoração, conforme a realidade local. Esse zonamento deve ser um trabalho que, efectivamente, o grupo deve desenvolver, cada vez mais, e que vem no sentido daquilo que eu disse, na última reunião, em relação à aquisição que fizemos do Sistema de Informação Geográfica.

Segundo, também devemos valorizar, e eu tenho pena de nós não termos chegado a essa conclusão, mas, certamente, que o nosso representante, o Eng.º Aurindo Santos, nas próximas reuniões levará esse apontamento, de apoiarmos os casais jovens que se queiram sediar no Concelho de Soure, dentro do zonamento.

Terceiro e último, não devemos possibilitar comparações prejudiciais para nós em relação a Freguesias circunvizinhas do Concelho de Soure, ou seja, tudo devemos fazer para que nas Freguesias que fazem fronteira com Concelhos vizinhos, o nosso IMI não seja superior ao da respectiva Freguesia que está do outro lado da fronteira. Naturalmente que isso envolve um trabalho muito mais aprofundado, não da Comissão mas da própria Câmara, do Presidente da Câmara, com os seus colegas vizinhos no sentido de tentarem concertar uma estratégia que leve a que Freguesias vizinhas contíguas de Concelhos diferentes não tenham IMI's diferentes porque senão, aquilo que nós pensamos é que o cidadão de determinado Concelho não tem lógica estar a pagar o IMI superior ao vizinho que está do outro lado da estrada, se as condições colocadas à disposição das duas populações forem as mesmas, em termos de Saneamento...”

O Senhor Presidente referiu que: “tenho a impressão, porventura errada, de que o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa se estaria a referir a zonamentos, em termos de coeficientes de localização, onde, aí, não foi a Câmara que decidiu... é aquela confusão que decorre do facto do perito tributário ser, por acaso, também Engenheiro da Câmara; estamos já a desenvolver um trabalho, com outros Municípios, junto dos peritos tributários, no sentido de se alterarem esses zonamentos e coeficientes de localização...”

Relativamente aos casais jovens... dizer que isso é natural, é uma das preocupações primeiras se viermos a conseguir avançar para a tal oferta em termos de CDH's, é por aí que é a resposta de fixação, é o aparecimento de uma oferta imobiliária claramente atractiva em termos daquilo que é decisivo, que é o preço.

*18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Setembro de 2006*

Questão da comparações... por acaso fizemos um levantamento, não por escrito, mas eu próprio aproveitei o facto de o Município integrar várias Associações de Municípios para poder perceber, designadamente, como é que estão as coisas em Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal, Ansião, Montemor-o-Velho e mesmo na Figueira da Foz. Dizer-vos que, excluindo Penela que já aprovou 0,7% - 0,4%, em Ansião, Condeixa-a-Nova, Pombal e Montemor-o-Velho, a predisposição é para a taxa máxima de 0,8% - 0,5%. Assim, em princípio não teremos qualquer problema porque, mesmo no caso de Casas Novas, fronteira com Penela, Penela aprovou 0,7% - 0,4%, não sei se terá também qualquer tipo de majoração. Por outro lado, na chamada comparação dentro do próprio Concelho, houve o cuidado de referir a variação demográfica exclusiva da Freguesia de Pombalinho.

Esta proposta representa, apesar de tudo, um esforço de consenso e de equilíbrio... ela poderá não ser a única mas será, certamente, das mais conseguidas que aparecerão este ano.”

O Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos referiu que: “o nosso sentido de voto para a proposta de IMI apresentada pelo Senhor Presidente vai ser favorável. Gostaríamos de deixar duas linhas mestras fortes: uma de apreço pelo trabalho desenvolvido pela Comissão na tentativa de encontrar uma solução unânime e pelo trabalho desenvolvido pelos serviços da Câmara. Na última reunião da Comissão chegámos à proposta final, tratou-se de um trabalho excelente e que acho que deve ser realçado, nomeadamente o que foi feito para a Zona Histórica da Vila de Soure. A outra linha mestra que gostava de deixar é que, de facto, esta proposta é pioneira, pelo menos a nível Regional, não sei se a nível nacional, no sentido de conseguirmos destrinçar, não tanto a fixação da taxa geral mas as minorações e majorações; que esta Comissão, como está referido no último ponto da acta que serve de suporte à proposta do Senhor Presidente, continue o seu trabalho no sentido de, no próximo ano e nos seguintes, utilizando os argumentos que a lei nos for dando, tentar encontrar as taxas o mais próximo possível da realidade .”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente. -----

Foi ainda deliberado submeter esta proposta à Assembleia Municipal. -----